

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Leitoral*

Class.: 87

Data: *29 de setembro de 1983*

Pg.: _____

Lucio Flavio Pinto

4468 No ar (2)

O Banco do Brasil dispunha de 24,8 bilhões de cruzeiros para aplicar na Amazônia e no Nordeste neste ano. É dinheiro devido ao imposto de renda e que o banco, como outras empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da administração federal, ficaram desde o ano passado obrigadas a aplicar integralmente no Finor (Fundo de Investimentos do Nordeste) e Finam (Fundo de Investimento da Amazônia).

O governo, porém, decidiu separar 9,2 bilhões de cruzeiros do total de recursos em disponibilidade para aplicação pelo Banco do Brasil e destiná-los ao Projeto Jari, com base em um decreto-lei baixado em março do ano passado (que pressupõe ter o BB realizado investimentos no Jari já naquele ano). Assim, sobraram 15,6 bilhões, divididos entre o Finor (13,4 bilhões) e o Finam (2,2 bilhões).

Antes da determinação superior de desviar recursos para o Projeto Jari, a proporcionalidade que o banco deveria seguir na destinação do dinheiro era de 2/3 para o Nordeste e 1/3 para a Amazônia. Mas como o Jari localiza-se na região amazônica, entendeu o Ministério da Fazenda de reduzir a cota do Finam: ela, que baixou dos oito milhões de cruzeiros iniciais, deveria ficar em cinco bilhões para seguir a relação proporcional (pois o total de dinheiro ficara em 15 bilhões), mas acabou em pouco mais de dois bilhões. Portanto, só em relação às opções do Banco do Brasil para a Amazônia, o Jari abocanhava seis bilhões de cruzeiros.

Quanto a Seplan e o Ministério da Fazenda decidiram fazer recomendações conjuntas para mudar as regras do jogo praticadas no Finam, a iniciativa logo foi interpretada como uma possível manobra para favorecer novamente o Jari. Achem alguns técnicos e empresários que o objetivo de todas as propostas apresentadas, tendentes a restringir o acesso dos projetos econômicos aos recursos dos incentivos fiscais, é forçar o surgimento de um excesso de dinheiro no Fundo. Nesse momento, a Companhia do Jari — sucessora do milionário norte-americano Daniel Ludwig — solicitaria colaboração financeira à Sudam, certa de poder dispor de dinheiro. Ou haveria novo seqüestro de dinheiro do Finam.

Ainda na época de Ludwig, a Jari conseguiu, depois de muito esforço, que o Conselho Deliberativo da Sudam isentasse de todos os impostos os projetos de arroz e celulose. Mas restringiu-se a pedir o não pagamento de impostos, o que já representava um enorme benefício porque a isenção

estende-se por 10 anos.

A crise do Projeto, no entanto, está levando seus atuais proprietários a buscar todas as fontes — geralmente oficiais — de crédito e subsídio. Após terem conseguido que o banco do Brasil aceitasse subscrever ações preferenciais sem direito a voto num montante capaz de cobrir parte da pesada dívida externa do empreendimento, o grupo Antunes está tentando levar o BNDES pelo mesmo caminho, negocia novas fontes de crédito e agora parece voltar-se para o Finam.

Os mutuários do Fundo, porém, encaram com temor essa possibilidade. A Jari representa, hoje, patrimônio superior a um bilhão de dólares, tornando-se a terceira maior empresa privada do país segundo esse critério. Sua carência de dinheiro absorverá tudo o que ainda resta do Finam, monopolizando o Fundo e bloqueando o acesso de novos projetos.

Por enquanto, a atitude dos empresários é de atenta desconfiança. Eles ainda não decidiram partir para o ataque por falta de dados mais substanciais sobre a questão. Há a suspeita sobre as intenções da Seplan porque ela tem se transformado num dos maiores aliados do Jari, ajudando-o de todas as formas a encontrar fontes de financiamento e de crédito, capazes de compensar a relutância dos próprios integrantes do conglomerado econômico a investir seu próprio dinheiro.

A cautela procede. Os negócios do Jari continuam ocultos pelo manto diáfano da desinformação porque não são divulgados os detalhes de todas as operações desencadeadas desde a transferência do controle acionário, iniciada há 18 meses. Ainda é difícil estabelecer a profundidade e a natureza das relações entre a administração federal e a corporação liderada por Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Desde suas origens, a passagem do comando de Daniel Ludwig para Antunes foi um negócio especial, inusitado para os padrões tradicionais das transações comerciais. Os 22 grupos econômicos nacionais assumiram o negócio atendendo a um apelo do governo federal. Este, por força dessa indução, comprometeu-se a viabilizar o empreendimento, viabilidade que esbarra em alguns erros técnicos cometidos e no peso do custo financeiro. A correção deste segundo problema requer, nos termos do acordo estabelecido entre os sucessores de Ludwig e o governo, o apoio oficial.

Este apoio veio inicialmente através do Banco do Brasil, praticamente forçado a realizar um investimento pouco atraente. Agora, a pressão centra-se sobre o BNDES, que resiste a repetir o gesto do BB. E os empresários estão receosos de que o pacto desvie-se para o Finam, sendo as preocupações da Seplan e do Ministério da Fazenda meros pretextos para afastar concorrentes, reservando desde já um lugar ao sol para a Jari. Por enquanto, é uma hipótese, mas falta testá-la melhor.